

Chamas, cinzas e luta: uma etnografia do desastre patrimonial de um Museu Nacional¹

*Mariane Aparecida do Nascimento Vieira*²
Instituto Burle Marx

Resumo: O incêndio ocorrido no Museu Nacional (Rio de Janeiro), em 2 de setembro de 2018, modificou consideravelmente o cotidiano da comunidade museal. Nesse sentido, pode ser qualificado como um desastre patrimonial, enquanto um evento crítico que irrompe o cotidiano de determinada instituição ou bem patrimonial, fruto de um acúmulo de riscos em potencial, expondo a vulnerabilidade dos mecanismos de salvaguarda, podendo causar a perda parcial ou total desses bens e, implicando ou não na sua reconstrução. Ao longo deste artigo, proponho analisar o pós-desastre deste museu a partir da existência de dois tempos que guardam características específicas: tempo das chamas e tempo da reconstrução.

Palavras-chave: Museu Nacional; desastre; reconstrução.

¹ Este artigo foi premiado pela Associação Brasileira de Antropologia, em sua participação no Prêmio Mário de Andrade, organizado pelo Comitê de Patrimônios e Museus, na categoria *Artigo Derivado de Dissertação de Mestrado* (2024). A pesquisa foi custeada pela bolsa de doutorado *Nota 10*, concedida pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e auxílio proveniente da parceria entre o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/Museu Nacional/UFRJ) e a Fundação Wenner-Gren.

² Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional da UFRJ. Bacharel em Museologia e Mestre em Memória Social pela UNIRIO e licenciada em Geografia pela UERJ. Atualmente é analista de mobilização no Instituto Burle Marx.

Flames, ashes, and struggles: an ethnography of the heritage disaster of a National Museum

Abstract: The fire at the National Museum (Rio de Janeiro) on September 2, 2018, significantly altered the daily life of the museum community. In this sense, it can be classified as a heritage disaster, a critical event that disrupts the routine of a specific institution or heritage asset, resulting from a buildup of potential risks, exposing the vulnerability of safeguarding mechanisms, and potentially causing partial or total loss of these assets, with or without the possibility of reconstruction. Throughout this article, I propose to analyze the post-disaster of this museum from the existence of two times, each with specific characteristics: the time of the flames and the time of reconstruction.

Keywords: National Museum; disaster; reconstruction.

Fuegos, cenizas y lucha: una etnografía del desastre patrimonial de un Museo Nacional

Resumen: El incendio ocurrido en el Museo Nacional (Río de Janeiro) el 2 de septiembre de 2018 modificó considerablemente la cotidianidad de la comunidad museística. En este sentido, puede ser calificado como un desastre patrimonial, un evento crítico que irrumpe en la rutina de una institución o bien patrimonial determinado, producto de una acumulación de riesgos potenciales, exponiendo la vulnerabilidad de los mecanismos de salvaguardia, lo que puede ocasionar la pérdida parcial o total de estos bienes e implicar, o no, su reconstrucción. A lo largo de este artículo, propongo analizar el post-desastre de este museo a partir de la existencia de dos tiempos que guardan características específicas: el tiempo del fuego y el tiempo de la reconstrucción.

Palabras clave: Museo Nacional; desastre; reconstrucción.

Algumas horas após a saída dos últimos visitantes, os vigilantes de plantão, por volta das 19h20, identificaram um foco de fogo no edifício e avisaram à administração do palácio de São Cristóvão e ao Corpo de Bombeiros. A notícia rapidamente se espalhou entre a comunidade do Museu Nacional, levando parte de seus membros a se deslocarem para o local visando auxiliar no salvamento do que fosse possível, entre coleções e equipamentos. Assim como voluntários, tais como aqueles atuantes na Força Jovem Universal, que passaram a distribuir água para a comunidade. Em paralelo, os bombeiros se depararam com hidrantes com baixa pressão. E a cobertura midiática passou a televisionar o avançar das chamas.

A Defesa Civil, juntamente aos bombeiros, delimitou as áreas em que se poderia circular, criando, por volta das 21h, um cordão de isolamento na área do sinistro e fechando as portas da Quinta da Boa Vista. Enquanto alguns recuperavam caixas com espécimes, computadores e HD's, o fogo avançava. A transposição da água do lago demandou cerca de meia hora, tempo crucial no combate às chamas. A sua coloração azulada e avermelhada indicava a presença de agentes químicos e orgânicos, combustíveis que levaram à uma temperatura extrema, consumindo os materiais estruturais do edifício, tanto quanto, coleções reunidas ao longo de gerações. O vento espalhou faíscas, espécimes carbonizados, etiquetas e fragmentos de documentos que indiciavam o cotidiano da casa científica mais antiga do país. Nas demais edificações, nas áreas anexas ao palácio e no Horto Botânico, parte da comunidade se posicionou visando evitar novos focos de incêndio, por conta dos fragmentos com faíscas.

A imprensa rapidamente produziu uma imagem como estimativa do que assistíamos a queima, *20 milhões* de itens de acervos científicos, enquanto lembrava que, aproximadamente três meses antes, o museu acabara de comemorar seus duzentos anos de existência. O drama representado pela presença do fogo se estendeu por cerca de seis horas, produzindo um desastre patrimonial sem precedentes, alterando significativamente o cotidiano da comunidade diretamente afetada e colocando em cena uma série de atores que viriam a incidir diretamente no pós-desastre.

Um desastre patrimonial

A *cena* descrita narra o incêndio da sede do Museu Nacional do Rio de Janeiro (Brasil) ocorrido no dia 2 de setembro de 2018. Trata-se da primeira instituição científica do país, que passou a residir neste palácio a partir de 1892 e, que desde a década de 1940, é parte do organograma da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (DANTAS, 2013). A partir da premissa de que o evento do incêndio e seus desdobramentos é um caso iluminador da produção de políticas públicas patrimoniais, percorro dados etnográficos que colocam em evidência os projetos de futuro postos em prática após o incêndio, tanto quanto remetem ao

futuro passado, ou seja, o que se concebia como futuro antes deste evento. Proponho analisar o pós-desastre a partir da existência de dois tempos que guardam características específicas: tempo das chamas e tempo da reconstrução³. No decorrer desses tempos criados pelo desastre patrimonial, transitarei pelas ações de *reconstrução* da instituição.

Da perspectiva da antropologia do desastre, há uma série de etnografias que analisam os efeitos que um evento extremo, que pode ser qualificado como *desastre*, produz. No entanto, o enfoque patrimonial tem sido abordado de modo tangencial. De modo correlato, o campo patrimonial ao se aproximar dos casos de desastre tende a produzir manuais que indicam o passo-a-passo para o salvamento dos bens afetados, focando nas *boas práticas*. Nesse sentido, o presente texto visa apresentar reflexões de uma etnografia que foca na reconstrução de um museu nacional após ser atravessado por um desastre, a partir da atuação da sua “comunidade museal” (PEREIRA, 2018).

Em sua origem, o termo “desastre” remete à perda de uma “estrela protetora” (HUET, 2012). No entanto, se da perspectiva etimológica, a causa estaria associada à uma ação natural ou cósmica, a emergência da modernidade vem acompanhada do reconhecimento das responsabilidades humanas em eventos catastróficos. Nesse viés, longe de ser um mero *acidente*, um desastre remete à processos e agenciamentos que indiciam a distribuição desigual dos riscos (OLIVER-SMITH, 2009). Assim, entendo como desastre patrimonial um evento crítico que irrompe o cotidiano de determinada instituição ou bem patrimonial, fruto de um acúmulo de riscos em potencial, expondo a vulnerabilidade dos mecanismos de salvaguarda, podendo causar a perda parcial ou total destes bens e, implicando ou não na sua reconstrução. Dessa forma, enfatizo que não necessariamente todo patrimônio atravessado por um desastre será passível de ser reconstruído ou será alvo de um esforço de reconstrução.

Alban Bensa e Eric Fassin (2002) chamaram a atenção para a necessidade de diferenciar o acontecimento de sua narração. Assim, a ação do *fogo* é um acontecimento que ao ser narrado é apreendido como um evento configurado enquanto um *incêndio*, o que produz desdobramentos analíticos. Por outro lado, não se trata de qualquer evento, mas de um evento crítico, nos termos que Veena Das (1995) qualificou, em que novos modos de ação podem vir a alterar categorias tradicionais. Seguindo essa pista e recuperando os procedimentos analíticos que propõem uma descrição densa de casos desdobrados (GLUCKMAN, 2008: 16), componho uma série de eventos que se conectam ao incêndio ocorrido em 2 de setembro de 2018 visando mostrar o processo social. Nos termos de Turner:

Uma história de estudo de caso detalhado é a história de um único grupo ou comunidade em uma considerável extensão de tempo, coletados com uma sequência de unidades processuais de diferentes tipos, incluindo os já mencionados dramas, atividades e empreendimentos sociais. (TURNER, 2008: 38)

Victor Turner (2008: 33) definiu como dramas sociais “unidades de processo anarmônico ou desarmônico que surgem em situações de conflito”. Eles podem ser observados em quatro fases compostas por: ruptura; crise; ação corretiva e reintegração. Turner chama a atenção que nem todas as fases ocorrerão necessariamente. Trata-se de mais um recurso para dar a ver o processo social em sua

³ Sandrine Revet (2007) etnografou o contexto que seguiu aos deslizamentos de terra ocorridos na Venezuela, em 1999, propondo a existência de três tempos: 1) tempo da sobrevivência (*la survie*), marcado pela ajuda mútua entre os membros da comunidade afetada pelo desastre; 2) tempo da ajuda (*les secours*), onde começam a chegar os auxílios emergenciais e; 3) tempo da assistência (*l'assistance*), fase em que uma série de instituições e organizações nacionais e internacionais passam a atuar visando a recuperação da área afetada e reestruturação do cotidiano da comunidade atingida.

fazenda constante, produzindo símbolos rituais, mediando conflitos, reestruturando, rompendo e constituindo novas relações.

Etnografia de um evento crítico

O que podemos chamar de campo etnográfico começou ainda à luz do desastre, ao me deparar com a impossibilidade de continuar com a pesquisa que estava em curso, voltada para questões de curadoria compartilhada e repatriamento no acervo de remanescentes humanos do Setor de Etnologia e Etnografia (SEE). Tanto a coleção estava salvaguardada no palácio, quanto a documentação existente que permitiria recompor sua trajetória até a instituição, sob guarda da Seção de Memória e Arquivo (SEMEAR). A ideia de registrar a reconstrução e a capacidade de uma instituição bicentenária resistir a um desastre, desde o início, esteve implicada em preocupações éticas, por ocorrer em um contexto de judicialização na busca por possíveis responsáveis por *improbidade administrativa*. Se a inspiração partiu da possibilidade de etnografar a prática museal em seu cotidiano, nos termos do laboratório latouriano, ficou clara a impossibilidade de fazê-lo como tal, visto não ser o cotidiano, mas sim, um cotidiano sob efeito de um desastre. E no epicentro está a “comunidade museal” (PEREIRA, 2018) em toda a sua complexidade de trajetórias e saberes científicos e administrativos.

A comunidade do Museu Nacional é composta, grosso modo, por três categorias: *servidores*, *discentes* e *terceirizados*. Os *servidores* se dividem entre *docentes* e *técnicos administrativos*, marcados por diferenças entre gerações, gênero e hierarquias. Da parte dos *discentes*, em sua maioria estão vinculados às pós-graduações da instituição e, em menor escala, são estagiários de cursos de graduação e ensino médio, do convênio que a instituição mantém com o Colégio Pedro II. Por fim, temos os *terceirizados* e *prestadores de serviço*, atuantes, sobretudo, nas áreas de limpeza e segurança e que configuram o perfil mais flutuante, ainda que existam casos daqueles que apesar das trocas de empresa, se mantêm trabalhando no museu por anos ininterruptos. A configuração da comunidade museal é especialmente elucidativa para este caso pela sua especificidade de dominar aquilo que podemos chamar de idioma técnico. A título de exemplo, aqueles que perderam coleções para o fogo são os mesmo com a expertise para recompor o acervo afetado e/ou perdido. Nesse sentido, desde o evento do incêndio fica evidente o papel desempenhado pela comunidade museal no que tange ao salvamento e reconstrução da instituição.

Na busca por etnografar o pós-desastre do Museu Nacional, reuni entre 2018 e 2022 dados de naturezas diversas. Ao longo dos anos, acompanhei todos os eventos promovidos pelo Museu Nacional e seus parceiros, realizados na cidade do Rio de Janeiro, como seminários, festivais e inauguração de exposições. Um evento simbólico foi a plenária pública realizada no dia 6 de setembro de 2018, que substituiu as comemorações programadas para o aniversário da UFRJ antes do incêndio. Realizada em frente ao palácio incendiado, contou com falas de diferentes perfis da comunidade universitária, dando o tom que guiaria as ações de reconstrução nos anos vindouros. Entre as falas, destaca-se o posicionamento do *reitor* da UFRJ e do *diretor* do Museu Nacional, que salientaram a expertise da própria comunidade para guiar a reconstrução, incluindo o *salvamento* e *resgate* dos acervos em meio aos escombros. Tempos depois, diante da pandemia da Covid-19, o museu se tornou extremamente ativo nas redes sociais, promovendo uma série de eventos, entre lives, seminários e oficinas que analisei enquanto nar-

rativas produzidas pela própria comunidade que apontam para um tempo de divulgação das ações em curso que é mais rápido em comparação às publicações de resultados científicos, por exemplo.

Através de duas disciplinas oferecidas pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia (PPGARq/Museu Nacional), pude atuar como voluntária do *Núcleo de Resgate de Acervos*, entre outubro de 2018 e agosto de 2019. Essa instância foi criada pouco após o desastre, com o objetivo de promover uma arqueologia do palácio, a partir do protocolo de salvamento elaborado pela equipe (RODRIGUES *et al.*, 2022). O voluntariado me permitiu, de um lado, contribuir com o trabalho fundamental de resgate e salvamento do acervo, de outro lado, travar contato com servidores, alunos e terceirizados de diferentes departamentos e seções⁴. No decorrer dos dez meses em que pude de alguma forma auxiliar no resgate, sob a supervisão dos servidores, atuei *peneirando* sedimentos retirados do palácio, registrando-os em *fichas catalográficas*, *higienizei* e auxiliei na organização do acervo nas reservas técnicas modulares posicionadas nas laterais do jardim suspenso.

Nas conversas informais com a comunidade, pude conhecer diferentes “museus nacionais”. Nesse viés, para realizar entrevistas que permitissem conhecer um pouco mais da trajetória da instituição, através daqueles que fazem o museu no seu cotidiano, cadastrei um projeto no comitê de ética da universidade. No período em que realizei a maior parte das entrevistas, as investigações para determinação das causas do incêndio ainda estavam em curso, por isso optei por manter o anonimato dos entrevistados. Em paralelo, propus, após transcrevê-las, enviá-las para cada um dos entrevistados, para que pudessem novamente salientar se gostariam ou não de que esse material fosse utilizado. Dos entrevistados que responderam, apenas dois quiseram modificar pontualmente a transcrição, incorporando dados às informações fornecidas oralmente. Posteriormente realizei mais algumas entrevistas, nas quais alterei a estratégia, considerando que o próprio contexto já havia mudado, enviando no lugar da transcrição o texto da tese que seria submetido à banca para que os entrevistados pudessem indicar alterações, se necessárias e reafirmar (ou não) sua anuência.

Após o término do voluntariado no Núcleo de Resgate de Acervos passei a pesquisar no Arquivo Nacional os documentos que permitiriam traçar a trajetória da instituição, em especial, no século XIX. Dessa forma, localizei no Arquivo Nacional (Rio de Janeiro), por exemplo, documentos que são duplicatas daqueles existentes no SEMEAR e que foram perdidos e danificados por conta do desastre. Entre recibos ofícios, relatórios, folhas de pagamento pude recompor o cotidiano do museu no decorrer do tempo, sem esquecer seu papel performativo, que, ao mesmo tempo em que narra um cotidiano administrativo, cria e chancela a instituição (HULL, 2012). Em seguida, me dediquei a reunir e analisar os documentos que surgiram no contexto do pós-incêndio que se desdobram em duas categorias: aqueles produzidos pela universidade e comunidade museal, e aqueles provenientes de outros órgãos e instituições acerca do museu. A primeira categoria abrange desde o Boletim da UFRJ que funciona como uma espécie de diário oficial, mapeando a criação de comissões, saídas para coleta de novas coleções, novas parcerias, até os relatórios anuais que sumarizam as frentes de atuação da comunidade pela reconstrução. Na segunda categoria, destacam-se os documentos fruto de *auditorias* realizadas por órgãos como o Tribunal de Contas da União

⁴ O Museu Nacional conta no seu organograma com os departamentos de antropologia, botânica, entomologia, geologia e paleontologia, invertebrados e vertebrados, além de uma série de seções, por exemplo, Seção de Museologia e Seção de Assistência ao Ensino.

(TCU) e a Controladoria Geral da União (CGU). Esses documentos, que são fruto de averiguações para determinar *responsabilidades*, em contrapartida, reuniram evidências de todos os esforços que foram empreendidos ao longo de décadas para evitar um desastre.

Em paralelo, me dediquei a organizar as notícias publicadas que, se no primeiro ano após o incêndio foram marcadas por um ritmo vertiginoso, logo se tornaram espaçadas, sobretudo diante da disputa eleitoral para a presidência da república em 2018. A mídia não apenas permitiu sumarizar as ações de reconstrução em uma linha temporal, como deu a ver o contexto de disputa acerca da própria gerência destas – aqui me refiro especificamente às tentativas de retirada do museu e, depois, do palácio, da UFRJ, como abordarei adiante. Por outro lado, há a atuação da assessoria de imprensa do museu que não apenas passou a mediar o contato “para fora” como promoveu coletivas de imprensa e tomou a iniciativa de, através de uma parceria com a Coordenadoria de Comunicação Social (Coordcom/UFRJ) documentar o trabalho realizado pelo Núcleo de Resgate de Acervos, que veio a ser divulgado no documentário *Resgates*⁵.

Em outra instância, a mídia também permitiu acompanhar casos de desastres patrimoniais que em certa medida atravessaram o caso do próprio museu. Por exemplo, não foi sem consternação que a comunidade museal assistiu, em 15 de abril de 2019, às imagens da catedral Notre-Dame de Paris em chamas. Logo, a chave da comparação emergiu de parte da imprensa e da própria comunidade museal. Se, num primeiro momento, o argumento foi de que o desastre não poupou nem a catedral, nos meses que seguiram, foram as notícias das somas doadas e da força tarefa criada para sua reconstrução que ganharam vulto, evidenciando as condições desiguais de cada patrimônio. Colocar em série eventos que rompem o ordinário, inaugurando uma nova realidade auxilia em acessar o seu efeito narrativo (BENSA, FASSIN, 2002), revelando as aproximações e distanciamentos entre os casos⁶.

Antes de prosseguir, enfatizo que o Museu Nacional é um museu de ciências naturais e antropologia, que reside em um palácio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde 1938, signo de sua importância enquanto testemunho que transcorre o período real, imperial e a república. Essa característica é proeminente ao observarmos as disputas que atravessa(ra)m os tempos das *chamas* e da *reconstrução*, tanto quanto aponta para as especificidades deste estudo de caso.

Tempo das chamas

A ação do fogo instaurou uma nova temporalidade. Se, durante o incêndio, o tempo foi suspenso diante da impossibilidade de extinguir o fogo antes que seus efeitos fossem irreversíveis, os dias e semanas que se seguiram marcaram um ritmo acelerado atropelando o luto, marcado pela imagem propagada internamente “do luto à luta”. Lado a lado da comunidade do Museu Nacional, emergem uma série de atores e instituições que passam a incidir diretamente em seu cotidiano, representativos das demandas que surgem com o desastre.

Na relação com o palácio, recorrentemente membros da comunidade o associam a uma espécie de “segunda casa”. Bachelard ao descrever a “casa natal” traz

⁵ O documentário pode ser assistido no canal oficial da UFRJ no YouTube, em: https://youtu.be/JvOPs4De4Sk?si=upESScek_F-RVZTq.

⁶ O último capítulo da tese, que baseia o presente artigo, é dedicado a um estudo de caso comparativo entre o pós-desastre do Museu Nacional e da Catedral Notre-Dame de Paris, o qual não será objeto deste trabalho.

uma imagem ilustrativa desta relação, enquanto uma casa inscrita dentro de cada um como “um grupo de hábitos orgânicos [...] Mesmo o menor trinco ficou em nossas mãos” (BACHELARD, 1978: 206-7). Nesse sentido, os caminhos que levavam a cada coleção, os “planos de fuga” de cada setor, representavam um conhecimento compartilhado por aqueles que habitavam essa casa, como podemos vislumbrar pelos trechos das falas a seguir.

Era (...) arrombar a porta e entrar, entendeu? E começar a tirar as coisas lá de dentro, mas os bombeiros estavam com muito medo, porque eles não sabiam o que tinha lá dentro (...) E eles tinham medo da questão do álcool, de explodir. Eles tinham enfim e tem uma filosofia também de que na verdade é importante salvar pessoas e que realmente o acervo fique em segunda mão. Então eles não sabiam o que que tinha lá dentro, a importância. (...) Então, a gente já conseguiu um bombeiro que estava à paisana, que nos ajudou [...] e ficou regulando a chegada do fogo na parte interna, pessoas externas também começaram a olhar e foi feito uma corrente humana para tirar as coisas de dentro do laboratório. E daí a gente conseguiu tirar todo o equipamento óptico dentro do Setor de Crustáceo e também material de coleção que estava ali na beira da mesa (...) e aí com isso se fez o segundo movimento de conseguir na coleção de moluscos que foi salva também. (Bióloga, docente, vice-diretora, vinculada ao Departamento de Invertebrados, 2022)

Bom, 80% do acervo dentro do museu em álcool (...) a gente sempre falava, ‘se um dia isso aqui pegar fogo vai lamber tudo e uma, vai lamber e não vai ter, não vai ter jeito mesmo’. E aí eu consegui chegar e já ir direto na coleção tipo⁷ retirar essa coleção lá de dentro. (...) Foi coisa rápida, aí eu já saí correndo, já metendo o pé na porta e quebrando, aí já fui abrir o armário onde estava a coleção (...) até que o professor chegou e eu passava essas gavetas para ele levar. (Auxiliar de laboratório, técnico administrativo vinculado ao Departamento de Invertebrados, 2019)

Nesses trechos, acessamos relatos de membros da comunidade museal que estiveram no palácio durante o incêndio⁸. Nos relatos, destaca-se a preocupação em adentrar no edifício para salvar as coleções, o que precisava ser mediado, sobretudo com o Corpo de Bombeiros, cuja principal preocupação, além de debelar o fogo, era garantir a integridade humana. Daqueles que atuaram no salvamento das coleções, emerge aquilo que Sandrine Revet (2007) chamou de “herói local”, ou seja, aqueles que são reconhecidos pela sua própria comunidade por seus atos heróicos, ao se arrisarem por um objetivo compartilhado. A principal diferença é que no contexto a que Revet se refere, o risco é assumido para salvar vidas e não coisas. Longe de ser um julgamento de valor, é um ponto importante a ser considerado pela própria posição assumida pelos bombeiros, que foi de encontro à da comunidade.

A equipe composta por 80 bombeiros de 12 quartéis chegou aproximadamente quarenta minutos após o fogo ser detectado e encontrou os dois hidrantes mais próximos da área com baixa pressão (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2020). As soluções propostas, entre carros-pipa enviados pela Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro (CEDAE) e a retirada da água de outro hidrante, demoraram mais cerca de trinta minutos, tempo crucial para o combate das chamas. Diante do risco, parte da comunidade que esteve no palácio foi impedida de entrar nas áreas de guarda.

Não foi a primeira vez que o museu e o Palácio estiveram frente a frente com o fogo. Em 12 de janeiro de 1944, quando o edifício passava por uma reforma, um foco de incêndio ocorreu no primeiro andar, à época ocupado por um laboratório da Seção de Antropologia. Felizmente, o fogo foi extinguido pela ação dos “bravos soldados do fogo”, como narrado na notícia do jornal *A Noite*. Os bombeiros,

⁷ Trata-se de uma coleção composta por exemplares que foram utilizados para descrever um novo espécime.

⁸ Segundo os dados recolhidos em campo, cerca de 150 servidores adentraram no palácio e seu entorno entre 2 e 3 de setembro de 2018.

nesse contexto, foram representados como *heróis*, contrastando significativamente com o desfecho de 2018. Em contrapartida, nessa época já se tinha a noção de que o fogo tomaria proporções gravíssimas se estivesse se manifestado na ala direita, onde existe em depósito de certa quantidade de álcool”, conforme declarou o diretor substituto, José Lacerda Araújo Feio (FOGO..., 1944: 3). Em consequência, um dos efeitos da pesquisa foi evidenciar a longa produção do risco na trajetória do museu, juntamente com a longa produção de ofícios demandando providências por gerações de diretores e diretoras, sendo o desastre o risco concretizado que rompe com o cotidiano institucional.

No dia seguinte, uma multidão se reuniu em frente aos portões fechados da Quinta da Boa Vista, enquanto os bombeiros continuavam o rescaldo e servidores do museu auxiliavam no deslocamento de itens do acervo visíveis em meio aos escombros. Posteriormente, a multidão adentrou na Quinta. Esse dia marcado por um luto coletivo, reifica a noção de que o Museu Nacional denota um senso de pertencimento que extrapola a própria comunidade que cotidianamente o produz. Nas palavras de uma servidora:

O dia seguinte para mim foi muito impactante. Nós fomos todos para lá né. Naquele primeiro momento foi um velório. Era um velório, porque o morto [estava] ali na frente. (...) E eu me lembro que eu procurei o Bendegó, porque eu sabia que ele ia estar lá. E logo me veio uma coisa, o Bendegó é o símbolo da resistência, porque ele estava lá inteiro cara e a escadaria também estava (...), mas o mais impactante para mim, primeiro os colegas, a gente, todo mundo chorando muito, não era pouco, era muito. Todo mundo se abraçando e a imprensa em cima. Gente, aquilo foi muito duro, porque é uma coisa dúbia né. Assim, ela tem dois lados. A imprensa tem que divulgar, mas ela tem que respeitar a dor das pessoas e não teve respeito nenhum. (...) eu fui olhar, os grupos de pessoas, de aluno, de pessoas do museu para um lado, para o outro, pareciam zumbis. (...) As pessoas não sabiam, não tinha para onde ir. (Bióloga, docente vinculada ao Departamento de Botânica, 2022)

O primeiro ponto que chama a atenção nesse trecho é o efeito desestabilizador do desastre que, ao mesmo tempo, produz uma união da comunidade, a partir da dor compartilhada. Em segundo, a relação com a imprensa que demanda informação à revelia do luto. E produz uma narrativa que tem efeitos diretos em como a opinião pública e, conseqüentemente, o próprio estado e demais instâncias envolvidas naquilo que podemos chamar de “política de ajuda”⁹, irão definir como prioridade no pós-desastre, como apontado por Tierney, Bevc e Kuligowski (2006).

Na primeira semana após o incêndio, as notícias marcadamente referenciam o conjunto de incêndios sofridos pela UFRJ nos últimos anos e acusaram a universidade de negligência no trato de seu patrimônio. Entre as manchetes: “Museu Nacional foi o sétimo prédio da UFRJ atingido por incêndio desde 2011” (ESTADÃO, 3 set. 2018), “Os quatro responsáveis diretos pela tragédia do Museu Nacional” (VEJA, 3 set. 2018) e “Memória em cinzas. A tragédia de erros do Museu Nacional” (O GLOBO, 4 set. 2018). Na primeira notícia, é rememorada a série de incêndios sofridos pela UFRJ desde 2010, tendo como o principal antecedente aquele ocorrido no Palácio Universitário, em 2011. A segunda nomeia como os principais culpados os servidores que, na época, ocupavam os cargos de presidente do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), e na universidade, de reitor, pró-reitor de gestão e governança e superintendente de patrimônio. No caso da última notícia, menciona que a UFRJ teria diminuído o repasse de recursos para

⁹ A “política de ajuda” se refere ao conjunto de agências e organizações que em um cenário de desastre auxiliam na elaboração de medidas e obtenção de recursos para reduzir os riscos e viabilizar a reestruturação da comunidade afetada (Oli-ver-Smith, 2009; Revet, 2007).

o museu e recusado uma verba que teria sido oferecida pelo Banco Mundial há 20 anos, pois a contrapartida era que o Museu Nacional fosse desvinculado da universidade. O próprio Banco Mundial desmentiu essa alegação, esclarecendo que as negociações entre 1998 e 2000 não resultaram em nenhum financiamento ou definição de valores (VALENTE, GAMBA, 2018).

Nesse cenário, o museu centralizou na Assessoria de Imprensa o diálogo com os canais de comunicação. Isso ocorreu não apenas para responder às acusações, mas também para garantir uma narrativa articulada, visto a ressonância das primeiras declarações de membros da comunidade ao lançarem luz sobre a *perda* e o *luto* (Cf. Coelho, 2018), que veio a ser substituído pela imagem da *luta* e da possibilidade de *reconstrução*.

Em paralelo, a gestão do Palácio foi deslocada. Além da atuação dos bombeiros, a Defesa Civil interditou o edifício até desconsiderar o risco de desabamento. No dia seguinte, a Polícia Federal passou a atuar para realizar a *perícia*, visando determinar as *causas* do incêndio. Internamente, na primeira semana, uma série de reuniões foram realizadas para estabelecer as primeiras ações de reestruturação da comunidade, incluindo a retomada das aulas das pós-graduações. No dia 6 de setembro, quando a UFRJ completava 98 anos de existência, uma plenária foi organizada em frente ao palácio. Entre as falas proferidas, destaca-se a do reitor, que, por um lado, ocupava um cargo que representa a própria instituição, como sinalizado por Bourdieu (2008) a respeito dos ritos de instituição e, por outro lado, por sumarizar as etapas da reconstrução.

[N]a segunda-feira, depois da terrível madrugada, nós tivemos uma reunião com o Ministério da Educação, [com] a participação do Ministério da Cultura, construímos alguns encaminhamentos emergenciais (...) O cercamento dessa área, retirada dos resíduos cuidando do que pode existir de acervo são trabalhos muito especializados. Nós pactuamos com a direção da [Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura] UNESCO, que nós tivemos na quarta-feira em Brasília, que vai vir um grupo da UNESCO que vai dar apoio a gente, vindo da sede na França para tratar da questão dos resíduos e sobretudo o que pode ser trabalhado com o acervo, sob a orientação e organização do museu que tem a expertise do nosso museu. (...) o custo disso vai sair por volta de 10 milhões e o ministério autorizou esse recurso. Então essa é a primeira etapa. A segunda etapa, mais importante, que nós construímos também nesta reunião foi iniciar o projeto executivo que é o que permite fazer licitação da reconstrução deste espaço. Nós vamos fazer isso em conjunto. É um projeto da UFRJ que nós vamos fazer com apoio da UNESCO, do IPHAN, do IBRAM para concluirmos um projeto de reconstrução. O que que é o ponto nodal aqui? É que nós queremos que isso entre no orçamento da União (...) E o terceiro ponto que eu gostaria de destacar para a comunidade do Museu Nacional. Nós não podemos permitir a dispersão dos nossos estudantes, professores e técnicos administrativos nas diversas áreas da universidade. O Museu Nacional tem que seguir resistindo como Museu Nacional aqui. Para isto, nós temos que concluir um projeto que o museu já fez que é o chamado anexo, perto do Horto (...) Sempre foi o projeto de retirar toda essa área administrativa de laboratório desta edificação. Nós estamos agora (...) [viabilizando] a questão do terreno junto à Secretaria do Patrimônio da União (Biólogo e pedagogo, reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro In: Plenária (...), 2018: 29 min 28 s).

A fala do *reitor* aborda quem são os principais atores da “política da ajuda”, a ver, UNESCO, IBRAM e IPHAN; a necessidade de retirar os escombros considerando a existência de acervo; a consolidação do edifício e elaboração de um projeto executivo para sua restauração; a busca por recursos, tanto em termos financeiros (dentro do orçamento público) quanto espaciais, através de obtenção de um terreno cedido pela união; e a manutenção da integridade da comunidade museal, ressaltando, sobretudo, a expertise do museu em gerir o processo de resgate das coleções. Desse modo, sob a perspectiva da universidade e do museu, a

plenária se configura como uma situação ritual em que quaisquer conflitos internos foram suprimidos, visando produzir uma coesão que auxiliasse na administração do drama social (TURNER, 2008) e respondesse às críticas à gestão universitária.

Ainda na primeira semana, foi realizada a principal medida voltada para a área do palácio, com a criação do Núcleo de Resgate do Museu Nacional (Resgate MN), a fim de “preparar e coordenar o processo de resgate de remanescentes do incêndio da sede do Museu Nacional, bem como organizar e gerenciar a equipe de profissionais, colaboradores, alunos e voluntários envolvidos com o resgate” (PORTARIA 12.449, 2018: 59). Além das ações de resgate de acervo, os servidores também atuaram na *Comissão de Espaço*, responsável por redistribuir aqueles que trabalhavam no palácio nos demais edifícios, e na *Comissão de Mobiliário e Equipamentos de Escritório*, que passou a administrar e dividir entre a comunidade as doações obtidas.

O ritmo acelerado, marcado pela profusão de acontecimentos e medidas promovidas na primeira semana, continuou ao longo do primeiro mês e se estendeu por, pelo menos, os próximos seis meses, compondo o *tempo das chamadas*. Nesse período, as condições de trabalho precisavam ser minimamente restabelecidas, ao mesmo tempo em que se respondia a imperativos e demandas externas, como os questionamentos relativos às auditorias realizadas pelo TCU e CGU, e o inquérito da Polícia Federal.

Durante o primeiro mês, foram contratadas as empresas que iniciaram as ações emergenciais no Paço de São Cristóvão. Não apenas o tempo de resgate era crucial, devido à exposição do acervo às intempéries em meio aos escombros, mas também havia a necessidade de liberar as áreas de interesse da perícia. Em paralelo, no dia 10 de setembro, foi proposta a Medida Provisória nº 850, que instituiria a Agência Brasileira de Museus (ABRAM). A agência, de direito privado sem fins lucrativos, substituiria o IBRAM e, entre outras atribuições, seria responsável pela gestão da reconstrução do Museu Nacional, incluindo a criação de um fundo patrimonial. Nesse contexto de acusações e busca por responsáveis, a criação da agência surge como uma tentativa de retirada do museu da gestão universitária.

Os seis meses seguintes foram marcados pelas ações de resgate do acervo no paço, pela realocação da comunidade nas áreas que não foram afetadas, pela busca por parcerias e recursos, e resposta às demandas de órgãos federais, caso das auditorias e investigações perpetradas. Nesse viés, a realização da primeira coletiva de imprensa realizada, em 12 de fevereiro de 2019, é um marco, visto que foi a primeira vez que membros externos, especialmente jornalistas, puderam acessar a área do sinistro. Em outras palavras, esse foi o tempo mínimo necessário para que a comunidade museal avançasse em sua reestruturação e começasse a dar notícias dos trabalhos em curso. Desse modo, adentramos na morosidade do *tempo da reconstrução*.

Tempo da reconstrução

As ações emergenciais deram lugar a um longo processo de *reconstrução*, que envolve uma ampla gama de atores, captação de recursos e negociações. Primeiramente, temos a atuação do NRA, que representa a possibilidade de recuperação de parte das coleções e o imperativo de liberar o edifício para a restauração, funcionando como uma atividade de transição entre o *tempo das chamadas* e o *tempo da reconstrução*. Em segundo lugar, recorrentemente aparece na fala de atores

em posições de gestão, a ideia de incêndio como *oportunidade*. Nessa esteira, o desastre traz a possibilidade de executar o “futuro do passado” (KOSELLECK, 2006), ou seja, aquilo que as gerações anteriores planejaram, mas que por uma série de entraves não conseguiram executar. Tais como, a obtenção de novos edifícios para as atividades de guarda de acervo, pesquisa e ensino e a destinação do palácio apenas para as exposições de longa e curta duração.

O trabalho de *resgate* das coleções é um ponto central não apenas porque ocorreu na área do desastre, em um prédio histórico repleto de coleções, mas também porque é exemplar do cotidiano instaurado pela crise. O protocolo estabeleceu uma cadeia operatória ao redor de cada sala, consideradas “unidades de intervenção arqueológica” autônomas, que seriam objeto de coleta manual ou escavação sistemática. Após o resgate, os objetos seriam encaminhados para a triagem, classificados e registrados em uma ficha catalográfica, em seguida, estabilizados e armazenados, sendo todas as atividades registradas, incluindo documentação fotográfica (RODRIGUES-CARVALHO *et al.* 2022).

Esse trabalho expôs desafios evidentes. Embora muitos dos profissionais da casa tivessem experiência no campo arqueológico, não se tratava mais da coleção que conheciam, mas de um acervo marcado pelo desastre, que teve como efeito mais evidente o esticamento dos prazos para a conclusão da penosa tarefa. A isto se somavam as condições insalubres de trabalho, que, além das atividades em meio aos escombros, envolviam riscos como a queda de materiais estruturais e acervos suspensos, presença de microrganismos e temperaturas elevadas. A empresa contratada por seis meses para a retirada de entulho, cobertura e estabilização do edifício obteve um aditivo de mais quatro meses, totalizando dez meses de trabalho. Esse acréscimo foi justificado pelo desafio de “limpar” uma área com acervo. No diagnóstico do NRA, a equipe reduzida foi o principal fator que alterou a execução do protocolo conforme originalmente planejado.

O planejamento das ações em si sofreu algumas alterações. Cabe ressaltar que a cadeia operatória proposta funcionou adequadamente (a despeito das limitações de pessoal), com duas exceções. Uma delas relativa à previsão do encaminhamento rápido às curadorias, alterado em função do grande número de peças recuperadas, do resgate de peças em lotes e outros procedimentos que, frente à limitação de recursos humanos, concentrava as atividades nos procedimentos de resgate, registro e conservação preventiva, sem possibilidade de ampliação de ações. A segunda exceção foi exatamente a limitação de pessoal, o que inviabilizou a concretização plena das equipes em seu desenho original. Nesse sentido, o planejamento de equipes acabou por ser profundamente impactado. Limitações de acesso à área sinistrada, por questões de segurança, somados aos impedimentos de possíveis colaboradores por questões de saúde em um ambiente complexo, acabaram por reduzir dramaticamente o contingente de pessoal em atividade. Por questões legais associadas às situações já citadas, os voluntários habilitados a atuar na área sinistrada eram muito poucos e os alunos do Museu, e mesmo de outras instituições similares, só puderam atuar nas atividades externas à edificação. Dessa forma, as equipes de fato se configuraram de forma simplificada, divididas em equipe de escavação, equipe de triagem e equipe de conservação, as quais em diversos momentos contaram com intersecções entre os participantes. Cabe enfatizar que o que entendemos por “reduzido” ou “simplificado” relaciona-se com as dimensões e demandas da empreitada. Ao longo de 2018 e no primeiro semestre de 2019, nos dias de pico tínhamos cerca de 30 pessoas dedicadas à ação, chegando a 50 com a presença de alunos (na área externa ao Palácio). Nossa estimativa é de que precisaríamos triplicar esse contingente nos períodos mais intensos de resgate. (RODRIGUES-CARVALHO *et al.* 2022: 21)

No relatório anual de 2018, o corpo social da instituição aparece composto por 90 docentes, 218 técnicos-administrativos e cerca de 400 alunos (MUSEU NACIONAL, 2018). Dos servidores (docentes e técnicos), cerca de 40 atuaram no NRA, sendo 5 docentes e 32 técnicos-administrativos. Destes técnicos, 11 foram

convocados por concurso após o incêndio, tendo o NRA como seu primeiro local de atuação. Há de se lembrar, para uma análise mais fina e abrangente da cadeia de ações a dar conta, que parte considerável do corpo social estava próximo da aposentadoria e que outras frentes de trabalho foram demandadas. Além disso, a possibilidade de resgate não era a mesma para todas as coleções, mas, em certa medida, era a imagem mesmo de todas as operações em andamento. Por exemplo, a fragilidade dos espécimes do Departamento de Entomologia dificilmente permitiria resistir ao desastre. Nos termos do “governo do desastre” (REVET e LANGUMIER, 2015), no período de transição entre o tempo das *chamas* e da *reconstrução*, diferentes frentes de trabalho representaram uma separação tácita entre aqueles que atuaram na área do palácio e os que permaneceram ou se deslocaram para o Horto Botânico.

As outras áreas pertencentes ao museu - o edifício anexo ao palácio e aqueles construídos no Horto Botânico - não comportam toda a comunidade desabrigada. O terreno mencionado na fala do reitor a respeito da cessão de uma área da união em frente à Quinta da Boa Vista remete a negociações iniciadas em 2015. Apesar de aparecer nas falas oficiais logo após o incêndio como “destinado ao museu”, a formalização da cessão veio a ocorrer apenas em 16 de dezembro de 2019. Parte do recurso captado para a reconstrução do museu foi destinado à construção dos módulos de guarda de acervo e demais atividades administrativas, de ensino e pesquisa no terreno em que foi implementado o Campus de Pesquisa e Ensino do Museu Nacional/UFRJ. A morosidade na aprovação dos projetos não se deve apenas à dimensão da tarefa, mas também às disputas políticas e patrimoniais, incluindo a proposta de destituir o palácio do Museu Nacional para abrigar um “centro turístico” voltado para a “memória da família imperial” (COLETTA e SALDAÑA, 2021).

De maneira similar ao que ocorreu com o terreno, a resposta às dúvidas sobre a capacidade de gestão da universidade começou, em certa medida, com a assinatura de um protocolo de intenções entre UFRJ, UNESCO, Instituto Cultural Vale e Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) em 31 de agosto de 2019, com o objetivo de atuarem colaborativamente na reconstrução. O acordo de governança foi assinado em 3 de março de 2020, entre as mesmas instituições, com exceção do BNDES, ainda que atue nos comitês. O projeto “Museu Nacional Vive” é composto por um Comitê Executivo, um Comitê Institucional e um Grupo de Trabalho de Segurança e Sustentabilidade. O comitê executivo é dedicado ao planejamento, execução e análise dos desdobramentos das ações deliberativas, e é composto, além dos parceiros do projeto, por representantes da sociedade civil. O comitê institucional, por sua vez, tem função consultiva, aconselhando a respeito dos projetos em curso, com a participação de representantes de parceiros do museu, como o Conselho Internacional de Museus (ICOM), Instituto Goethe e Câmara Comunitária de São Cristóvão. Por fim, o grupo de trabalho de segurança e sustentabilidade reflete e propõe mecanismos para garantir a sustentabilidade da instituição após sua reinauguração, contando com membros da UFRJ e Museu Nacional, da Associação de Amigos do Museu Nacional (SAMN), do Instituto Cultural Vale, da UNESCO e do BNDES. Aqui entram novos atores na esteira da política da ajuda, com destaque para o Instituto Cultural Vale e o BNDES, sendo o primeiro capitaneado pela UNESCO e o segundo, por negociações que antecedem ao incêndio.

Entre os projetos que estão no escopo da nova governança, está o estudo preliminar do “projeto de arquitetura e restauro” do Paço e, em paralelo, os projetos

nas áreas de “paisagismo, luminotécnica, climatização, estrutura, sistemas eletrônicos, prediais e de sustentabilidade” e o que é voltado para elaboração do conteúdo das novas exposições que irão ocupar todo o prédio histórico (PROJETO MUSEU NACIONAL VIVE, 2020-2021). De certo modo, esses projetos já eram previstos anteriormente, mas agora se tornavam incontornáveis.

As condições de deterioração do palácio eram historicamente conhecidas e documentadas em ofícios e matérias de imprensa, bem como, a necessidade de implementar um sistema de prevenção e combate a incêndio e pânico. É exemplar o projeto elaborado na década de 1990, que possibilitou posteriormente a construção do prédio do Departamento de Botânica no Horto Botânico, inaugurado em 2006. O projeto planejou a construção de novos edifícios para abrigar os Departamentos de Entomologia e Invertebrados, Geologia e Paleontologia e Antropologia. Dessa forma, seria possível destinar o palácio apenas para as exposições. No entanto, o IPHAN revogou a liberação de novas construções na área, alegando que não atenderiam às necessidades de longo prazo da instituição¹⁰. Em busca de soluções, foram pleiteados edifícios próximos à Quinta da Boa Vista, e o terreno que atualmente abriga o novo campus do Museu Nacional foi uma das opções. Na esteira dessas tentativas está o recurso do BNDES para a revitalização do Museu Nacional que incluía, além do Paço, a Biblioteca Central, e que foi assinado alguns meses antes do incêndio, no aniversário de 200 anos do museu. Como se sabe, o tempo de implementação do recurso foi atravessado pelo desastre.

Da perspectiva do que foi possível executar, em 2000 foi criado o *Escritório Técnico-Científico para as Novas Exposições* do Museu Nacional, que elaborou um guia conceitual com diretrizes para transformar o paço integralmente em um espaço expositivo (ESCRITÓRIO TÉCNICO-CIENTÍFICO; MUSEU NACIONAL, 2002). Esse guia serviu como base para a retomada das discussões no escopo do trabalho a ser desenvolvido em parceria com a UNESCO. Comparativamente, a principal atualização foi em relação à ampliação dos circuitos e conceitos norteadores. No lugar dos circuitos de “universo, planeta e vida” e “cultura humana”, os novos circuitos serão dedicados ao “histórico”, “universo e vida”, “diversidade cultural” e “ambientes do Brasil”. No caso dos princípios, foram acrescentados aos de “historicidade”, “museu para síntese” e “universalismo”, o “fazer científico” e “acessibilidade”. Nos termos do que se mantém, a tensão formadora de um museu dedicado às ciências naturais e antropologia permanece, ficando explícita, por exemplo, nos debates acerca de como incorporar o conceito de “evolução”. Para as humanidades, há o risco da narrativa sugerir “evolucionismos” que não se aplicam da mesma forma a contextos sociais e biológicos. Por outro lado, quando o *guia* de 2002 foi elaborado, o museu contava com todas as suas coleções, tendo agora que buscar estratégias de aquisição de acervo, paralelamente à elaboração do projeto expográfico.

O incêndio representou um impacto considerável no acervo, mas nem todas as coleções foram afetadas e das que o foram, nem todas sofreram com a mesma intensidade. O Departamento de Botânica não teve nenhuma perda, com exceção de um fruto que estava no Laboratório de Processamento de Imagens para ser escaneado no Palácio. Em contrapartida, o Departamento de Entomologia teve todas as suas coleções perdidas, uma vez que dada a fragilidade dos espécimes a possibilidade de resgate era nula. Dessa maneira, há coleções que não foram atingidas, as que foram atravessadas pelo desastre, mas que poderiam ser salvas e aquelas que a possibilidade de resgate era quase inexistente. No caso das coleções

¹⁰ Por conta do tombamento da Quinta da Boa Vista pelo IPHAN, em 1938, qualquer modificação depende de avaliação e aprovação prévia.

perdas, os esforços de coleta e aquisição se iniciaram logo após o incêndio, com servidores indo a campo logo em outubro de 2018 (BOLETIM UFRJ Nº 41, 2018,). O projeto Museu Nacional Vive igualmente lançou uma campanha denominada “Recompõe” e os setores e departamentos acionaram suas redes visando obter doações (SETA, 2023).

Considerações finais

A cena do *incêndio* é um tropo central na narrativa do evento crítico, que vai moldar as análises e projetos em curso do Museu Nacional. Diante do desastre patrimonial sem precedentes, o cotidiano da comunidade museal foi significativamente alterado. Na busca por etnografar um contexto excepcional, um conjunto de recursos metodológicos foi acionado, permitindo acompanhar o desenrolar dos tempos das *chamas* e da *reconstrução*. No aspecto mais amplo, foi essa profusão de fontes que permitiu acessar os trabalhos e as disputas que ultrapassam o próprio cotidiano da comunidade do Museu Nacional, e que, na prática, materializam a *reconstrução*.

No *tempo das chamas*, a comunidade museal, sob o efeito desestabilizador do desastre, precisou garantir condições mínimas para dar continuidade às suas atividades e evitar a dispersão nos demais campus da universidade, conforme salientado pelo reitor na plenária. Em paralelo, muitos *tempos* se sobrepuseram com suas respectivas configurações sociais: o resgate em meio ao fogo; a reorganização dos espaços; a negociação com atores que passaram a intervir na gestão da instituição, tais como a Polícia Federal; a busca pelos recursos emergenciais; e a comunicação com agentes e instituições que demandavam informações (entre auditorias e reportagens tecidas pela mídia). Enquanto no caso do *tempo da reconstrução*, mais uma vez aparece o processo histórico de distribuição desigual de risco, recorrente na trajetória institucional. Por um lado, as expertises da comunidade museal são enfatizadas na capacidade de reunir novas coleções, resgatar as que estavam em meio ao escombros e organizar novas formas de gestão, em especial, com a criação do Projeto Museu Nacional Vive. Por outro lado, enfrentam a dificuldade em reunir os recursos necessários e o longo tempo das negociações, como ilustrado no caso da cessão do terreno que atualmente abriga o novo campus. Como nos ensina a antropologia do desastre: passados os terremotos, os maremotos, os incêndios, e a partir das bases do que foi destruído que, criativamente e com senso de urgência, se criam novas possibilidades técnicas, novos arranjos institucionais, novas perspectivas de passado, presente e futuro.

Referências

- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- BENSA, Alban; FASSIN, Eric. Les sciences sociales face à l'événement. *Terrain – Anthropologie & sciences humaines*, 38: 5-20, 2002.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Boletim*, 41, de 11 de outubro de 2018.
- BOURDIEU, Pierre. *Economia das Trocas Linguísticas: O que falar quer dizer*. São Paulo: EdUSP, 2008.
- COELHO, Alexandra. Eduardo Viveiros de Castro: 'Gostaria que o Museu Nacional permanecesse como ruína, memória das coisas mortas'. *O Público*, 4 set. 2018.
- COLETTA, Ricardo Della; SALDAÑA, Paulo. Governo quer transformar Museu Nacional em Palácio Imperial e deixar acervo fora. *Folha de S. Paulo* [Online], 26 mar. 2021.
- CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU); SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO (SFC). *Relatório de avaliação, Museu Nacional – MN. Exercício 2018 - 2021*. Rio de Janeiro, 13 set. 2022.
- DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. "Considerações sobre o Paço de São Cristóvão e o Museu Nacional". In: ANDRADE, Antônio Ricardo Pereira de (org.). *Guia de visitação do Museu Nacional: reflexões, roteiros e acessibilidade*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2013. pp. 15-21.
- DAS, Veena. *Critical events. An anthropological perspective on contemporary India*. London: Oxford University Press, 1995.
- ESCRITÓRIO TÉCNICO-CIENTÍFICO (ETU); MUSEU NACIONAL. Projeto da Nova Exposição do Museu Nacional/UFRJ. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, Setembro de 2002.
- FOGO no Museu Nacional. *A noite*, Rio de Janeiro, ano XXXIII, n. 11.465, 12 jan 1944. p. 3.
- GLUCKMAN, Max. "Ethnographic Data in British Social Anthropology". In: EVENS, T. M. S.; HANDELMAN, Don (eds.). *The Manchester School. Practice and Ethnographic Praxis in Anthropology*. New York/Oxford: Berghahn Books, 2008. pp. 13-22.
- GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Rio de Janeiro. *Relatório do Processo nº E-12/003/100105/2018*. Rio de Janeiro, 2020.
- HUET, Marie-Hélène. *The culture of disaster*. Chicago: University of Chicago Press, 2012.
- HULL, Matthew S. Documents and Bureaucracy. *Annual Review of Anthropology*, 41: 251-267, 2012.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.

MEMÓRIA em cinzas. A tragédia de erros do Museu Nacional. *O Globo*, 4 set. 2018, Matutina, p. 1.

MENGUE, Priscila Museu Nacional foi o sétimo prédio da UFRJ atingido por incêndio desde 2011. *O Estado de S. Paulo*, 03 set. 2018.

MUSEU NACIONAL. *Relatório Anual 2018*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2018.

OLIVER-SMITH, Anthony. “Anthropology and the political economy of Disaster”. In: JONES, Eric; MURPHY, Arthur (eds.). *The political economy of hazards and disasters*. Toronto: Altamira Press, 2009. pp. 11-28.

PEREIRA, Edmundo Marcelo Mendes. “Notas sobre cinzas, resgate e ajuda”. Manuscrito não publicado. 2019.

PLENÁRIA pública em defesa do Museu Nacional e da universidade pública. UFRJ (YouTube), 06 set. 2018. 1 vídeo (3h11 min).

PORTARIA 12.449, de 6 de dezembro de 2018. Boletim número 50. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2018.

PRAÇA, Sérgio. Os quatro responsáveis diretos pela tragédia do Museu Nacional. *Veja Abril*, 03 set. 2018.

PROJETO Museu Nacional Vive. *Relatório 2020-2021*. Rio de Janeiro: Associação Amigos do Museu Nacional, Fundação COPPETEC, Fundação Universitária José Bonifácio, PR6 UFRJ, UNESCO, 2021.

REVET, Sandrine. *Anthropologie d'une catastrophe. Les coulées de boue de 1999 au Venezuela*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2007.

REVET, Sandrine; LANGUMIER, Julien (eds.). *Governing Disasters. Beyond Risk Culture*. New York, USA: Palgrave Macmillan, 2015.

RODRIGUES-CARVALHO, Cláudia et al. (orgs.). *Depois das cinzas: Conservação preventiva das coleções recuperadas pelo Núcleo de Resgate de Acervos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2022.

SETA, Isabel. Raríssimo manto tupinambá está na Dinamarca será devolvido ao Brasil; peça vai ficar no Museu Nacional. *G1*, 28 jun. 2023.

TORRES, Ana Carolina. Forças Armadas e Guarda Municipal cercam o Museu Nacional para impedir saques. *O Globo*, 04 set. 2018.

TIERNEY, K.; BEVC, C.; KULIGOWSKI, E. Metaphors Matter: Disaster Myths, Media Frames, and Their Consequences in Hurricane Katrina. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 604: 57-81, 2006.

TURNER, Victor. *Dramas, Campos e Metáforas*. Niterói: EdUFF, 2008.

VALENTE, Gabriela; GAMBÁ, Karla. Banco Mundial diz que não fez exigência para financiar Museu Nacional. *O Globo*, Rio de Janeiro, 5 set. 2018.

VIEIRA, Mariane Aparecida do Nascimento Vieira. *Chamas, cinzas e luta: Etnografia do desastre e da reconstrução do Museu Nacional*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), UFRJ, 2024.

VOLUME 12
NÚMERO 30
(SET./DEZ. 2025)

ACENO

REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE
ISSN: 2358-5587

CHAMADA DE ARTIGOS
DOSSIÊ TEMÁTICO:
ENFOQUES CONTEMPORÂNEOS SOBRE
OS ESTUDOS DO CUIDADO

PRAZO FINAL
DE SUBMISSÃO:
30 DE AGOSTO
DE 2025

COORDENADORXS:
DR. FABIO DE MEDINA DA SILVA GOMES (UNEMAT)
DRA. LUDMILA RODRIGUES ANTUNES (UFF)

30

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Mato Grosso

ACENO

REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE
ISSN: 2358-5587

NO INSTAGRAM

**Revista quadrimestral
editada pelo Programa
de Pós-Graduação em
Antropologia Social da
UFMT, desde 2014.**

 ACENO.REVISTADEANTROPOLOGIA